



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL
Secretaria de Administração
Setor de Licitações

EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021

ORIGEM: Secretaria de Educação

DATA DE ABERTURA: 29 de junho de 2021

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL **HORÁRIO:** 10 HORAS.

TIPO: EMPREITADA GLOBAL

O MUNICÍPIO DE Herval/RS torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10 h (dez horas) do dia 29 de junho de 2021, realizará a licitação acima indicada, tendo por finalidade a contratação de empresa para Prestação de Serviço de Construção para a Ampliação do Prédio do Polo de Educação Infantil Kelvin Vieira Sakai, cuja direção e julgamento serão realizados por sua Comissão de Licitações, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como de acordo com as condições deste Edital.

Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Herval, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento das propostas, neste caso até o dia 24 de junho de 2021 às 17 horas.

1 -OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação tem como objetivo a Contratação de Empresa para Prestação de Serviço da Construção para a Ampliação do Polo de Educação Infantil Kelvin Vieira Sakai, em regime de empreitada global (mão de obra e material). De acordo com detalhes técnicos elencados no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronogramas Físico e Financeiro anexos a este edital. Fazem parte do presente Edital Anexo I – Proposta Financeira, Anexo II – Minuta de Contrato, Anexo III – Declarações. O Memorial Descritivo, as Planilhas Orçamentárias, Cronogramas Físico e Financeiro, BDI, Encargos Sociais e Plantas, estarão disponíveis juntamente com o edital na página www.herval.rs.gov.br e poderão ser solicitados através do email: licitaherval@yahoo.com.br ou diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Herval.

2 -DO CADASTRO

Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar até o dia 24 de junho de 2021 às 17 horas, os seguintes documentos:

2.1 -Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de Identidade dos diretores;
- b) Registro Comercial no caso de empresa comercial;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2 -Regularidade Fiscal e Qualificação Técnica:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (DIC) e do Município (Alvará), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

OBS.: A prova de cadastro deve dizer respeito ao objeto licitado, isto é, se o objeto é a prestação de serviços, o licitante deverá ter cadastro no Município de sua sede (Alvará). Se o objeto for o fornecimento de bens, o licitante deverá ter cadastro no Estado de sua sede (DIC). Há correlação direta com a incidência tributária da contratação. O cadastro de contribuintes estadual (DIC) ou municipal (Alvará) depende do ramo de atividades do licitante. Dessa forma, a apresentação de um, de outro ou dos dois dependerá, exclusivamente, do objeto da licitação.

c) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

e) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei n.º 12.440/2011 e regulamentada pela Resolução Administrativa n.º 1470, de 24 de agosto de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho.

g) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), bem como o Certificado de Registro Profissional, também emitida pelo CREA ou CAU, de seu responsável técnico. Este último é exigido somente se o(s) responsável(eis) técnico(s) não constar(em) no primeiro, condizente com o objeto hora licitado.

h) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA ou no CAU, onde se comprove a execução pela licitante ou pelo(s) profissional (is) indicado(s) pelo licitante, de serviços de características semelhantes as do objeto da presente licitação.

i) Comprovação do vínculo da licitante com os responsáveis técnicos, bem como com o(s) detentor (es) do Acervo Técnico, através da juntada de cópia autenticada da “carteira de trabalho” (página da identificação do empregado e dos dados do contrato de trabalho), no caso de empregado(s); através da cópia autenticada do contrato social ou certidão atualizada da junta comercial, no caso de sócios; e ainda, por meio de cópia do contrato de prestação de serviços, devidamente assinado pelas partes e com firmas reconhecidas, no caso de profissionais autônomos.

j) Para fins de comprovação da capacitação técnica profissional, a licitante poderá indicar profissional (is) não constante(s) na certidão referida, desde que devidamente habilitado mediante a apresentação de CAT – Certidão de Acervo Técnico na qual conste a execução de serviços similares aos do objeto desta licitação. Neste caso, o licitante não se desobriga da necessidade de manter na sua certidão de registro de pessoa jurídica do CREA ou CAU, profissional de formação correspondente à do detentor do acervo técnico apresentado.

Os documentos constantes poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os

documentos poderão, ainda, ser extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos à verificação de sua autenticidade pela Administração.

2.3 - Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) da data da apresentação do documento.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

3.1 - Poderão participar desta licitação, quaisquer empresas regularmente constituídas, que não estejam em processo de concordata e que atendam as exigências deste Edital.

4 - FASES DA LICITAÇÃO - FASES DA LICITAÇÃO

Esta licitação será realizada em duas fases: a primeira de Habilitação e a segunda de Proposta Financeira.

4.1 – Da Habilitação

Deverão ser apresentados, no envelope nº 01, os seguintes documentos, em original ou cópia autenticada previamente, por Tabelião ou por Servidor Público, a cópia às vistas do original. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em 01 (uma) via, não podendo ser manuscritos, nem apresentar emendas, rasuras, entrelinhas ou serem ilegíveis; deverão, ainda, ser datados e assinados por seu representante legal, quando expedidos pela própria firma:

4.1.1 - CERTIFICADO DE REGISTRO DE CADASTRO fornecido pelo município de Herval.

OBSERVAÇÃO: Caso algum dos documentos obrigatórios para o cadastro original esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá reapresentá-los dentro da validade e anexá-los como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

4.1.2 - Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que a mesma não foi declarada inidônea para participar em licitações ou para contratar com o poder público (Anexo I deste edital);

4.1.3 - Certidão negativa de falências e concordatas, fornecida pelo distribuidor do Foro da Comarca onde está sediada a licitante, com vencimento não superior a 60 (sessenta) dias;

4.1.4 - A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital;

4.1.5 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.1.5.1 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.1.4 ou ao item 4.1.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

4.1.5.2 - O prazo de que trata o item 4.1.5.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.1.5.3 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.1.5.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à

Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação. A empresa licitante deverá apresentar documento que credencie seu representante junto à Comissão de Licitações, se for o caso, conforme modelo Anexo VI deste Edital. Se o proponente se fizer representar, deverá juntar carta de credenciamento ou procuração, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

O licitante que não apresentar os documentos exigidos nesta fase, será inabilitado, sendo-lhe, então, devolvido o Envelope nº 02, de Proposta Financeira, ainda, fechado.

5.2 – Da Proposta Financeira

A proposta financeira, deverá ser apresentada no modelo fornecido neste Edital Anexo I - Formulário Padronizado de Proposta, com a cotação unitário e total para cada item, datada e assinada pelo representante legal da licitante, isenta de emendas, rasuras, ressalvas e/ou entrelinhas, contendo necessariamente as seguintes condições:

5.2.1 -Preço unitário e total por item;

5.2.2 -Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (sessenta) dias da abertura dos envelopes;

5.2.3 -Nos preços cotados deverão estar incluídos impostos, taxas, transporte e qualquer ônus incidente.

5.2.4 – A proposta deverá vir acompanhada das planilhas disponibilizadas no projeto e preenchida conforme o modelo disponibilizado em excel no projeto.

5.2.5 – Não serão aceitas propostas com valor superior ao do estipulado no projeto que está em anexo a este edital.

6 -FORMA DE APRESENTAÇÃO -FORMA DE APRESENTAÇÃO

6.1 – Os envelopes contendo os documentos relativos às fases desta licitação deverão ser entregues em envelopes opacos, lacrados e indevassáveis e terão a seguinte apresentação (endereçamento):

a) ENVELOPE DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO -ENVELOPE Nº 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL

LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021

DATA E HORA (RECEBIMENTO DOS ENVELOPES).

NOME DA EMPRESA LICITANTE (dispensado se o envelope for timbrado).

b) ENVELOPE DE PROPOSTA FINANCEIRA:

PROPOSTA FINANCEIRA -ENVELOPE Nº 02

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL

LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021

DATA E HORA (RECEBIMENTO DOS ENVELOPES).

NOME DA EMPRESA LICITANTE (dispensado se o envelope for timbrado).

7 -RECEBIMENTO DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA FINANCEIRA -ABERTURA E JULGAMENTO

7.1 -Os envelopes de Habilitação e Proposta Financeira serão recebidos no Departamento de Compras e Licitações da Secretaria Municipal da Administração, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Rafael Pinto Bandeira, 671, até o dia 29 de junho , às 10 (dez horas).

7.2 -Os envelopes recebidos serão abertos na ordem das fases desta licitação, lavrando-se ata circunstanciada.

7.3 -Ocorrendo qualquer incidente que importe em recurso, após a abertura dos envelopes da fase de Habilitação, até o julgamento, os envelopes de Proposta Financeira serão colocados em um envelope e lacrados, com a assinatura de todos os licitantes presentes no respectivo lacre, sendo

deslacrados para a retirada dos envelopes de proposta financeira, em data e hora a ser marcada pela Comissão Permanente de Licitações, após julgamento e decisão dos respectivos recursos, e, se for o caso, devendo ser os concorrentes intimados da data e hora antes mencionada, quando serão abertos os ditos envelopes.

7.4 -Em qualquer fase desta licitação, havendo a renúncia expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recurso nos termos do Artigo 109 da Lei régia, a mesma poderá prosseguir com a prática dos atos subseqüentes.

7.5 -Esta licitação será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, declarando - se vencedor, o licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para cada produto, objeto deste Edital.

7.6 -Como critério geral, no julgamento em cada fase, serão observadas as disposições dos Artigos 43, 44 e 45 da Lei Federal nº 8.666/93, realizando -se sorteio público em caso de empate entre duas ou mais propostas, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 45, da mesma Lei.

8. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 -Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 4.1.8 ou ao item 4.1.9 deste edital.

8.1.1 -Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

8.1.2 -A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

8.2 -Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.1.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea “a” deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

8.3 -Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 8.2 deste Edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.4 -O disposto nos itens 8.1 a 8.3, deste Edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que satisfaça as exigências deste edital.

8.5 -As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

9 -DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1 - Os recursos necessários para atender as despesas advindas da contratação com base nesta tomada de preço, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Educação

Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 031 - FUNDEB

9.2 – Do pagamento: O pagamento será efetuado de acordo com o Cronograma Financeiro anexo a este edital, conforme aprovação técnica do Engenheiro ou Arquiteto, que será determinado pelo Gestor do Município para fiscalizar a obra, juntamente com o Boletim de Medição do que foi realizado e aprovado juntamente com a nota fiscal encaminhada ao Setor de Contabilidade.

9.3 – A recomposição de preços durante a vigência do futuro contrato, será de acordo com a determinação federal e de acordo com o art. 65, inciso II da Lei 8.666/93.

9.4 -Em caso de inadimplência na execução do futuro contrato, poderão ser descontadas do pagamento mensal, quaisquer multas aplicadas.

10- DO SERVIÇO

OBS: A empresa que tiver interesse em analisar o terreno, poderá entrar em contato com a Prefeitura de Herval, através do telefone 53 – 3267-2900, para agendar uma visita técnica.

11 -A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 -Esgotados os prazos e as instâncias recursais na forma do Artigo 109, da Lei régia, o licitante cuja proposta foi homologada como vencedora, será chamado para celebrar o contrato que integra esta licitação, mediante comunicação expressa, devendo fazê-lo no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data em que receber a comunicação.

11.2 -Expirado o prazo para celebração do contrato sem a celebração do mesmo, será convocado o licitante que tiver melhor classificação, para celebrar contrato nas mesmas condições do licitante desistente.

11.3 -Ao vencedor do certame que recusar -se a assinar contrato, serão aplicadas as sanções legais cabíveis, de acordo com o Artigo 81 da Lei régia.

12 -SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 -Independentemente das sanções penais cabíveis e da indenização por perdas e danos, e da possibilidade de rescisão, a administração, no caso de inexecução total ou parcial do futuro contrato, na forma do Artigo 87 da Lei régia, poderá aplicar as seguintes sanções, cumuladas ou não com outras previstas no mesmo diploma legal:

a) advertência;

b) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução total ou parcial do contrato;

c) multa moratória de 0,33% (zero vírgula trina e três por cento) por dia de atraso na execução do contrato;

d) suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo de dois anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

13 -DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 -Esta licitação poderá ser revogada ou anulada, nos termos do Art. 49 da Lei régia.

13.2 -Não serão admitidas nesta licitação empresas que estiverem impedidas de licitar.

13.3 -As despesas pelas instalações dos equipamentos em distância e local determinado pelo Executivo Municipal, será por conta da empresa contratada.

13.4 -Integram esta licitação, além deste edital, os seguintes anexos de uso e observância obrigatória:

a) Anexo I - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

b) Anexo II - MINUTA DE CONTRATO

d) Anexo III - - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

e) Anexo IV -. MEMORIAL DESCRITIVO

f) Anexo V - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

g)Anexo VI CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO

Observação: Os anexos descritos nas alíneas e, f e g estarão disponíveis em arquivos.

13.5 -A apresentação de proposta significa a aceitação dos termos desta licitação e vincula as partes nos termos do diploma jurídico que a rege.

13.6 -O contrato celebrado decorrente desta licitação, em caso de inexecução total ou parcial, poderá ser rescindido com base no Artigo 77 e de acordo com o Artigo 78 e seguintes da Legislação em vigor e a critério da Administração do Município.

13.7 -A licitante que vier a ser contratada, obrigará-se a: a prestar atendimento com pessoal habilitado; com equipamentos em condições técnicas e de segurança;

13.8 -A comunicação entre contratante e contratado, se dará por escrito, quando for necessário.

13.9 -Maiores informações serão fornecidas na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo telefone (0.XX.53) 32672900, ou pelo email licitaherval@yahoo.com.br, onde o presente Edital poderá ser retirado.

Herval 10 de junho de 2021.

Ildo Roberto Lemos Sallaberry
Prefeito

Eberson da Rosa Madruga
Secretário de Administração

Este edital se encontra examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica.

ANEXO I

LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº -----
PROPOSTA FINANCEIRA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL
A/C : COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES RUA RAFAEL PINTO BANDEIRA, Nº
671 HERVAL/RS

Declaro-me de pleno acordo com os termos e condições do Edital de Tomada de Preços nº -----
----- apresentando a seguinte proposta financeira:

O serviço de mão de obra incluindo material, de acordo com detalhes técnicos
elencados no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronogramas Físico e
Financeiro anexos a este edital. Serviço de Construção da Ampliação do Polo de
Educação Infantil Kevin Vieira Sakai, terá um custo total de R\$

“Juntamente com a proposta, deverão ser encaminhados o Cronograma Físico e Financeiro e
Planilhas Orçamentárias, que a proponente se dispõe a cumprir.”

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Data da Proposta: ____/____/____

Nome do Responsável: _____

CPF: _____

Carimbo do CNPJ e Assinatura:

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Vigência: Válido até/...../.....

Valor Total: R\$ (.....)

Origem: Licitação Modalidade Tomada de Preços nº -----.

O MUNICÍPIO DE HERVAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa e executiva na Rua da Rafael Pinto Bandeira nº 671, inscrita no CNPJ Nº 88.080.379/0001-38, neste ato representado pelo Sr. Ildo Roberto Lemos Sallaberry, Prefeito Municipal, domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob nº, portador da Cédula de Identidade nº, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua, nº ..., na cidade de/RS, inscrita no CNPJ/MF/Nº 00.000.000/0000 -00, neste ato representada pelo,, inscrito no CPF/MF/Nº, residente e domiciliado a Rua, nº ..., em/RS, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações, celebram este contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto do presente contrato, cuja origem foi a Licitação Modalidade Tomada de Preços nº 007/2021 é a Contratação de Empresa para Prestação de Serviço, em regime de empreitada global (mão de obra e material) para realizar a Construção do _____. De acordo com detalhes técnicos elencados no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronogramas Físico e Financeiro.

Parágrafo único - O presente instrumento contratual e, assim, todas as suas disposições, vinculam as partes, nos termos do ato convocatório e anexos, proposta e demais atos, da licitação que lhe deu origem, sendo aqueles, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO

O regime jurídico do presente contrato é o da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e todas as suas alterações vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço a ser pago pela Contratação do referido serviço um total de R\$

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma físico e financeiro (de desembolso), após laudo técnico do Engenheiro ou Arquiteto determinado pelo Gestor do Município, para fiscalizar a referida obra, juntamente com o Boletim de Medição e a nota fiscal encaminhada ao Setor de Contabilidade.

Parágrafo único - Por ocasião dos pagamentos, o CONTRATANTE poderá efetuar o desconto dos valores de multas aplicadas à CONTRATADA, em função de inadimplência na execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

A recomposição de preços será de acordo com a determinação federal, atendendo o que determina o artigo 65, inciso II da Lei 8.666/993.

Deverá o contratado apresentar requerimento, acompanhado de nota fiscal anterior ao reajuste e outra nota fiscal atual, bem como publicação oficial de reajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente contratação terá vigência até/...../.....

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS PENALIDADES

Independentemente das sanções penais cabíveis, da indenização por perdas e danos, e da possibilidade de rescisão, a administração, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, na forma do art. 87 da lei régia, poderá aplicar as seguintes sanções, cumuladas ou não com outras previstas no mesmo diploma legal:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução total ou parcial do contrato;
- c) multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na execução do contrato;
- d) suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo de dois anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

Parágrafo primeiro -A aplicação das sanções dos itens “d ou e”, ou ambas, importam em rescisão automática e obrigatória deste contrato.

Parágrafo segundo -As multas aplicadas na forma do item “b e c”, deverão ser recolhidas à Fazenda Municipal , até a data do primeiro pagamento a ser feito à CONTRATADA, após a aplicação da mesma.

CLÁUSULA OITAVA - DO SERVIÇO

O serviço será prestado em terreno situado no entorno do Polo de Educação Infantil. Conforme determinado no memorial Descritivo em Anexo.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os recursos necessários para atender às despesas decorrentes desta contratação, estão alocados no Orçamento Geral do CONTRATANTE, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Secretaria de Administração

Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 031 - FUNDEB

A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 da Lei Federal 8.666/93, sendo que a rescisão deste contrato implicará na retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

A **CONTRATADA** responsabiliza -se integral e exclusivamente pelas despesas realizadas durante a prestação do serviço pactuado, assim como por todos os encargos trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributários decorrentes das relações que ajustar com empregados ou prepostos seus, eventualmente utilizados para auxiliar na prestação dos serviços em tela, ou decorrentes de danos por qualquer razão causados a terceiros, sem qualquer responsabilidade solidária da CONTRATANTE, aos quais desde logo, nesta, assegura o direito de regresso contra a CONTRATADA, em vindo a ser solidariamente responsabilizado. a CONTRATADA, em vindo a ser solidariamente responsabilizado.

A CONTRATADA deverá dar livre acesso aos documentos e registros contábeis referente ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Pagar a CONTRATADA, na forma e valores estabelecidos na cláusula terceira deste contrato.

DA CONTRATADA:

a) prestar os serviços na forma ajustada;

b) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas entre a CONTRADADA e seus empregados;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Elegem as partes, independente de qualquer outro por mais privilegiado que for, o Foro da Comarca de Herval/ RS para dirimir qualquer dúvida ou questão do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas.

Herval, de de 20.....

**PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE**

.....

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
DECLARAÇÃO

DADOS DA EMPRESA:

NOME: _____

CNPJ/MF : _____ INSC. ESTADUAL.: _____

ENDEREÇO: _____

Na qualidade de representante legal da empresa acima d escrita, declaro sob as penas da lei e para os fins da Licitação Tomada de Preços nº -----, que a Empresa por mim representada, não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma, não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, na forma dos incisos III e IV, do Artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

Herval, _____ de _____ de 2021.

Assinatura

Nome: